

A reforma da educação

Vanilda Paiva *

As esperanças levantadas pelo plano econômico do novo governo são inegáveis. No entanto, preocupações surgem de todos os lados. E não dizem respeito apenas às possibilidades de conter a inflação, realinhar os preços relativos, lograr a estabilização econômica e retomar o desenvolvimento. Concentram-se sobre as implicações políticas do plano e sua implementação. Dizem também respeito às políticas setoriais que começam a adquirir seus contornos. No plano propriamente político, nos partidos, no Congresso, nas entidades da sociedade civil organizada, as apreensões em relação a traços cesaristas do novo governo dão o tom da discussão.

No caso da educação, o setor foi pego de surpresa com as medidas iniciais que extinguíram dois de seus órgãos de apoio à pesquisa, e à qualificação docente, as mais antigas organizações do Ministério da Educação: o Inep e a Capes. A volta atrás em relação à Capes, uma das entidades mais eficientes do ME, responsável em grande medida pela montagem com êxito da pós-graduação no país, foi uma medida de bom senso, tomada sob pressão da comunidade científica. Já o Inep, que desde 1938 constituiu a fonte de elaboração da política educacional, especialmente nos muitos anos em que esteve à sua frente Anísio Teixeira, desapareceu nos meandros da Fundação Roquette Pinto. Cumpriu 50 anos, numa trajetória que começa com Lourenço Filho, é marcada por Anísio Teixeira e termina ameaçada de cair em mãos de um selecionador de chacetes.

Neste quadro não surpreendem as linhas indicadas para a política nem as características da reforma interna do Ministério. É fácil passar o lápis vermelho, dar novos nomes a secretarias e assistir à dança na luta pelas posições. "Difícil é realizar uma política consistente em benefício do país. Ninguém que esteja a par das tendências internacionais mais destacadas, que enfatizam a necessidade de educação geral e abstrata, em lugar da profissionalização estrita como consequência da crescente automação e utilização da microeletrônica nos setores secundário e terciário da economia, pode entender o desaparecimento da Secretaria de Segundo Grau e sua substituição por um organismo destinado a cuidar exclusivamente do ensino profissional. Não

que este seja pouco importante, em face da nossa imensa heterogeneidade de estrutura, mas certamente estamos na contramão da História, se pretendemos um cuidado exclusivo. Também não serve o argumento da estadualização das orientações, num país tão desigualmente servido de recursos e de quadros profissionais.

O Ministério da Educação afirmou que daria prioridades dos Cieps e a uma cruzada contra o analfabetismo. Ora, as escolas de turno completo atravessadas por diferentes políticas de bem-estar (alimentação, saúde etc.) são, sem dúvida, uma reivindicação da população. Mas, num país que não logra oferecer cobertura educativa a toda a sua população em idade escolar, a promessa dos Cieps no Rio de Janeiro parece fora de propósito. Até porque Cieps são a beleza arquitetônica e pouco funcional de Oscar Niemeyer, não a escola que se deveria oferecer às nossas crianças durante todo o dia.

Ações alfabetizadoras destinadas aos adultos ainda fazem algum sentido nas grandes cidades. Mas que o governo federal, depois das campanhas que se iniciam nos anos 40 e se desdobram em iniciativas que desembocam no Mobral e no Educar, pretenda fazer disto um ponto essencial de sua política e tratar a questão com uma leveza que o nosso tempo já não deveria comportar. De saído porque os índices de analfabetismo foram caindo ao longo das décadas muito mais em função do crescimento das oportunidades de educação elementar do que em consequência das campanhas.

A experiência nacional e internacional indica que campanhas de alfabetização só valem a pena quando são curtas no tempo — atendendo à demanda reprimida — e localizadas em áreas restritas. Campanhas longas terminam sendo uma espécie de malograda caça aos analfabetos, que, nas áreas rurais, regridem ao analfabetismo por desuso numa proporção acima de 90%. Ora, este país tem a sua taxa de analfabetismo, segundo a PNAD-88, em torno de 18% na população de 15 anos e mais, mantendo-se o número absoluto praticamente constante há muitas décadas, apesar do imenso crescimento da população. Estas taxas caem para 11% na Região Sudeste e se elevam a 36% na Região Nordeste. Não há justificativa para uma ação rural no Nor-

deste nem sentido em priorizar o atendimento dos 11% situados em faixas etárias mais elevadas no Sudeste. Ações tóxicas na periferia das cidades são certamente desejáveis, mas o tom assistencial-caritativo das propostas lembram os anos 40.

É verdade que o ministro da Educação tentou corrigir o desastre inicial, colocando adultos e crianças no mesmo saco. De repente, a ação contra o analfabetismo passou a abranger todas as faixas etárias. Seria então a cruzada contra o analfabetismo uma ação bem pensada para a elevação do nível de ensino de nossas escolas elementares? Contra isto, por certo, ninguém terá nada contra. A menos que, por interesses de natureza vária, se pense que tal ação poderia ser feita por rádio e televisão educativa ou por ensino a distância.

Mas também a reforma universitária constitui hoje um foco de preocupações. As universidades estão coalhadas de rumores a respeito de seus possíveis rumos e de sua autonomia. Internamente, a mera retomada da discussão associada aos cortes que certamente terão que ser feitos tem permeado as instituições de insegurança e de pânico. Facções políticas que atravessam a universidade e que nos últimos anos encastelaram-se em posições de direção preparam-se para mandar para casa seus desafetos. O baixo clero, mais numeroso e em nome da democracia, também se mune de argumentos para, onde for possível, lançar no espaço o inconveniente "alto clero" — aliás, a indesejada "elite", que terminará trabalhando em outros países, ainda que formada com os recursos deste.

Reconhece-se que a situação como está não pode ficar. Nos últimos anos as universidades viram seus quadros incharem em nome de ambições eleitorais e de políticas populistas de seus dirigentes. Foram assoladas pelo corporativismo e pela luta político-partidária. Mas viram também a ela retornarem quadros mais bem qualificados que não gozam de estabilidade nem possuem poder institucional. Se o governo federal não estabelecer critérios acadêmicos claros, a partir dos quais a autonomia possa ser exercida, corremos o risco de ver o ensino superior dilacerar-se em mesquinhas guerras

entre grupos, sem que exista qualquer projeto nacional que dê sentido à sua existência com instância formadora de quadros profissionais e intelectuais para servir ao país.

As universidades, no dizer de Humboldt, servem à vida prática e às necessidades da

sociedade e do Estado, entrelaçando-se, mas não se reduzindo à vida acadêmica. Sem esta, porém, suas funções não podem ser preenchidas. Por situar-se neste entroncamento entre a vida intelectual e a cultural de uma nação e a formação de seus quadros para as mais diversas finalidades, é que a universidade deve defender sua autonomia em tudo aquilo que diz respeito à vida acadêmica. Mas não pode deixar de discutir e de negociar permanentemente com a sociedade e o Estado as decisões de natureza prática. É preciso que existam instâncias outras, diferentes dos corpos que compõem internamente a universidade, que se constituam como mediadores vinculados simultaneamente à instituição universitária e ao Estado, nas quais se espelhe o compromisso que caracteriza os regimes democráticos. A universidade pública precisa do contraponto do Estado e da burocracia correspondente; clama pela constituição de órgãos conjuntos, instrumentos de conexão que permitam à universidade livrar-se da submissão aos governos, sem retirar do Estado a possibilidade de fixar uma política para o conjunto do setor. A endemonização da tecnocracia, capaz de buscar critérios objetivos para a fixação de políticas concretas e de assessorar o Legislativo e o Executivo no encaminhamento de discussões com as mais diferentes instâncias de representação da sociedade, só serve ao populismo. Na verdade, precisamos exigir do Estado não apenas liberdade, mas competência técnica no tratamento das questões.

Finalmente, vale mencionar as referências a uma suposta analogia do plano de estabilização do atual governo com aqueles acionados na Alemanha e no Japão do pós-guerra. Tais países serviram para embasar as teses da economia da educação, que explicavam pela qualidade da força de trabalho parte dos altos índices de crescimento. Contavam com sistemas educacionais eficientes e amplos, além de nunca terem aberto mão de políticas de educação pensadas detidamente, discutidas amplamente com peritos e realizadas fundamentalmente através de instituições públicas. Eles dedicaram a este setor uma atenção que a nossa tradição escravagista e a parca penetração entre nós do ideário liberal nunca nos permitiram. É hora de mudar a mentalidade e de enfrentar a nossa miséria educacional com a seriedade que merece.

"Precisamos exigir do Estado não apenas liberdade, mas competência técnica no tratamento das questões educacionais"

* Professora da UFRJ, ex-diretora-geral do Inep